

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CONTRIBUIÇÃO DA
FORÇA DE TRABALHO FEMININA NO PERÍODO 2019 A 2024**

Marcelo Dos Santos (marcelo.santos@metodista.br)

Marco Aurélio Bernardes (marco.bernardes@metodista.br)

Raquel Alves Ferreira (alvfer5@hotmail.com)

Análise do desenvolvimento econômico e a contribuição da força de trabalho feminina no período 2019 a 2024

Este trabalho analisa a contribuição da força de trabalho feminina para o desenvolvimento econômico brasileiro entre os anos de 2019 a 2024. No contexto de um país que busca crescimento inclusivo e sustentável, a participação das mulheres no mercado de trabalho desponta como um fator essencial, ainda que marcado por desigualdades estruturais. A questão central da pesquisa indaga sobre os principais desafios e oportunidades para ampliar essa contribuição feminina na economia nacional. A justificativa para o estudo reside na relevância social e econômica do tema, sobretudo diante das persistentes disparidades de gênero no mercado de trabalho e dos impactos da pandemia de COVID-19 sobre as mulheres. A metodologia utilizada combina abordagens qualitativa e quantitativa, com base em pesquisa exploratória e bibliográfica em fontes acadêmicas e institucionais. O referencial teórico

fundamenta-se em estudos que discutem tanto os avanços quanto os limites da inclusão produtiva feminina. Os resultados apontam que, embora a participação das mulheres tenha aumentado, persistem barreiras como desigualdade salarial, segregação ocupacional e obstáculos à ascensão profissional. Conclui-se que a inserção feminina gera impactos econômicos e sociais positivos, mas requer políticas públicas abrangentes, transformação cultural e maior valorização do trabalho de cuidado. A contribuição das mulheres para o desenvolvimento não se restringe à produtividade, mas abrange dimensões estratégicas para uma economia mais justa e sustentável.

Vivemos em um mundo em constante mudança, onde as economias enfrentam desafios globais como a desigualdade, a pobreza extrema e as mudanças climáticas. Por isso, é essencial considerar todos os fatores que contribuem para um crescimento econômico inclusivo. Dentro deste contexto, aumentar a participação da força feminina no mercado de trabalho é um elemento fundamental para o progresso e desenvolvimento sustentável das economias atuais.

Historicamente, as mulheres enfrentaram muitas barreiras que dificultaram sua entrada no mercado de trabalho. Algumas dessas dificuldades incluem discriminação de gênero, persistente desigualdade salarial, estereótipos que associam certas profissões a papéis masculinos e a sobrecarga de responsabilidades domésticas, que limitaram o potencial feminino.

“No Brasil, mulheres pobres vivem em bairros carentes, com transportes precários e sem bons empregos. Uma mulher pobre dificilmente conseguirá trabalho bem remunerado se sair no meio do expediente para buscar o filho na escola. Ela vai trabalhar em um pequeno negócio ou na informalidade. Já uma mulher da elite, apesar da disparidade salarial em relação a um homem, pode ir de carro ao trabalho e tem babá ou faxineira. Sempre que falamos sobre gênero, precisamos falar sobre desigualdade e raça” Arreguy, 2025, pg A12.

Há mais de cinco décadas – meados de 1970, no Brasil, ocorre um movimento crescente por igualdade salarial e oportunidades de ascensão salarial iguais para homens e mulheres no trabalho. Esse movimento resultou em mudanças importantes nas normas sociais e nas leis trabalhistas, o que levou a um

aumento significativo na participação das mulheres em diversos setores econômicos.

Entretanto, mesmo com alguns avanços, existem desafios importantes à enfrentar. Nesse sentido, a pandemia de COVID-19 revelou e agravou as desigualdades existentes, afetando as mulheres de forma desproporcional em diferentes perspectivas. Segundo relatório publicado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022), “a pandemia de COVID-19 teve um impacto desproporcional sobre as mulheres nas Américas, ameaçando seu desenvolvimento e bem-estar e contribuindo para o aumento da desigualdade de gênero na saúde. Portanto, é essencial analisar não apenas os progressos alcançados até agora, mas também os obstáculos persistentes que estão limitando a plena participação das mulheres na economia. Ao final desta monografia serão destacadas as políticas públicas e de empresas voltadas a estimular a participação mais ativa das mulheres na economia brasileira.

Tendo em vista o exposto, esta monografia tem como objetivo geral analisar como a força de trabalho feminina contribuiu para o crescimento e desenvolvimento econômico no período 2019 a 2024.

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar de que forma a força de trabalho feminina contribuiu para o desenvolvimento econômico brasileiro entre os anos de 2019 e 2024. A partir do referencial teórico, das análises estatísticas e das interpretações críticas desenvolvidas ao longo do estudo, é possível afirmar que o problema de pesquisa foi plenamente respondido, uma vez que se demonstrou que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho gera efeitos positivos significativos tanto no crescimento econômico quanto na modernização das estruturas produtivas nacionais.

O objetivo geral e os objetivos específicos também foram alcançados. Identificou-se a evolução da participação feminina no mercado de trabalho no período analisado, discutiu-se a relação entre essa participação e o crescimento econômico do país, e avaliou-se o impacto das políticas públicas voltadas à equidade de gênero. Verificou-se que a presença feminina não apenas incrementa o capital humano disponível, como também promove inovações gerenciais, maior sensibilidade social nas lideranças e práticas organizacionais mais sustentáveis.

Entretanto, o estudo também revelou que essa inclusão ainda encontra barreiras significativas. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho, expressa na persistência de salários inferiores, sub-representação em cargos

de liderança e maior concentração em setores menos valorizados, limita o pleno aproveitamento do potencial produtivo feminino. Esses entraves apontam para a necessidade de transformação estrutural, conforme defendido por autoras como KABEER (1999) e FRASER (2013), que ressaltam que a mera presença da mulher no mercado não é sinônimo de empoderamento se não vier acompanhada de autonomia, reconhecimento e justiça social.

Com isso, recomenda-se que futuros estudos se aprofundem em ao menos três frentes principais:

- Convergência de gênero, raça e classe no mercado de trabalho, de forma a entender como diferentes grupos de mulheres enfrentam obstáculos específicos;
- Avaliação mais extensa de políticas públicas de gênero, para compreender seus efeitos reais sobre a autonomia econômica feminina;
- Transformações culturais e institucionais necessárias para uma divisão mais equitativa do trabalho reprodutivo, tema ainda pouco abordado nas análises econômicas tradicionais.

Apesar do avanço que esta pesquisa representou ao integrar perspectivas desenvolvimentistas e críticas sobre a força de trabalho feminina, não se pode afirmar que todas as lacunas foram exploradas. A complexidade e a multiplicidade do tema exigem investigações contínuas e interdisciplinares, que articulem economia, sociologia, estudos de gênero e políticas públicas.

“Não se nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1980, p. 9).

Essa afirmação remete à necessidade de compreender que a trajetória feminina no mercado de trabalho é profundamente moldada por construções sociais e culturais, e que o empoderamento pleno só será possível quando forem rompidas as estruturas que limitam a liberdade e a autonomia das mulheres.

Ao analisar a contribuição da força de trabalho feminina com esse olhar ampliado, foi possível reconhecer o valor transformador das mulheres na economia, nas empresas e na sociedade, não apenas como força produtiva, mas como protagonistas na construção de um modelo econômico mais humano e inclusivo.

Palavras-chave: mulheres; desenvolvimento econômico; força de trabalho feminina; desigualdade de gênero; políticas públicas.

